

^b Policlínica Municipal de Cacoal, Cacoal, RO, Brasil

Introdução: A Pfizer/BioNTech é uma vacina baseada em RNA mensageiro (mRNA) encapsulado por uma nanopartícula lipídica estabilizada pelo polietilenoglicol (PEG). O polímero está relacionado a reações de hipersensibilidade tipo I, dentre as quais encontram-se a urticária, o angioedema e a anafilaxia.

Relato de caso: Paciente do sexo masculino, dezessete anos de idade, previamente hígido, apresentou reação alérgica um dia após aplicação da primeira dose do imunizante para a COVID-19 da farmacêutica Pfizer/BioNTech, manifestando angioedema em face e erupções urticariformes sistêmicas associadas a prurido e rubor local com início após vinte e quatro horas da aplicação. Nega alergias ou demais sintomas associados. Após vinte dias de início do quadro, o paciente procurou o ambulatório médico onde foi prescrito dicloridrato de hidroxizina 25 mg três vezes ao dia por 10 dias e prednisolona 40 mg pela manhã por 10 dias, com o qual obteve melhora do quadro. A segunda dose do imunizante foi contraindicada por risco de reação anafilática, sendo optado por vacina que não utilize o PEG como excipiente.

Comentários: a reação alérgica pode ocorrer após a exposição a diferentes tipos de alérgenos, no entanto, reações urticadas após a vacina são raras. Dessa forma, descartando os componentes que geralmente estão presentes na maioria das vacinas, os componentes inativos e excipientes podem atuar como determinantes antigênicos. Devido a escassa literatura sobre reação alérgica a esses elementos, o mecanismo alérgico evidenciado ainda é pouco compreendido podendo envolver reações IgE e não IgE mediadas. Embora a reação urticariforme à vacina da COVID-19 ainda seja considerada um fenômeno raro, é necessária a investigação, notificação e avaliação de forma individual para definição da melhor conduta.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.102067>

PI 072

REALIZAÇÃO DE SOROLOGIA PAREADA PARA COVID-19 EM PUÉRPERAS E RECÉM-NASCIDOS NO MOMENTO DA TRIAGEM NEONATAL

Gabriela Soutto Mayor Assumpção Pinheiro ^a,
Aline Almeida Bentes ^b,
Claudia Regina Lindgren Alves ^b,
Vivian M.G.O. Azevedo ^c,
Stela Maris Aguiar Lemos ^d,
Mila Lemos Cintra ^e, Gabriela Cintra Januário ^f,
Jose Nelio Januario ^e,
Isadora de Araújo Martins ^a,
Juliana Wilke Saliba ^f,
Ana Beatriz Araújo de Souza ^a,
Laura Gregório Pires ^a,
Gabriela Lousado Mesquita ^a

^a Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

^b Departamento de Pediatria, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

^c Faculdade de Educação Física e Fisioterapia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil

^d Departamento de Fonoaudiologia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

^e Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

^f Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Introdução: Entender transferência transplacentária de anticorpos é essencial para adequação de protocolos assistenciais, e estudos em vacina nestas populações (FLANNERY et al., 2021; SONG et al., 2021). Trata-se de estudo piloto do projeto “Inquérito sorológico em papel filtro para SARS-COV-2 em recém-nascidos e suas mães, e monitoramento do desenvolvimento nos primeiros 2 anos vida”, aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (CAAE: 42269021.9.0000.5149).

Métodos: Estudo transversal realizado em cinco cidades de Minas Gerais de abril a junho de 2021. Foram convidadas a participar todas as mães que levaram seus filhos à unidade básica de saúde até o 7º dia de vida para triagem neonatal. Foi realizada punção de calcanhar nos bebês e digital nas mães. As amostras, conservadas em papel filtro e testadas para IgG anti Sars-Cov-2 pelo método ELISA, kit Allserum EIA COVID-19 IgG-Dried Blood Spot (MBIOLOG, 2020). Foi tentado contato telefônico com todas as díades em que mãe e/ou recém-nascido eram reagentes e com parcela sorteada das díades negativas, e aplicado questionário sobre as condições sociodemográficas, gestacionais e perinatais.

Resultados: Foram coletadas 847 amostras pareadas, em 144 (17%) a mãe e/ou criança eram reagentes (122 mães responderam ao questionário). Entrevistamos 111 mães de díades não reagentes, totalizando 233 mães. Da amostra, 94 mães (40,34%) eram reagentes, sendo que em 82,97% dos casos a sorologia do bebê foi concordante. Já entre as mães não reagentes (n=125), identificamos 14,40% de bebês reagentes. Houve ainda 14 mães com sorologia indeterminada, e destas, 71,42% dos bebês teve sorologia positiva. Das mães reagentes, 34,04% negaram suspeita de COVID durante a gestação; 56,38% relataram suspeita clínica e laboratorial da doença, sendo esta predominante no 3º trimestre (74,07%). Entre as mães não reagentes, a taxa de suspeita de COVID na gestação cai para 17,30% e predomina no 1º e 2º trimestres (83,33%). 5 mães haviam sido vacinadas na gestação.

Conclusão: Nosso estudo auxilia no entendimento sobre a imunogenicidade em puérperas assintomáticas, transferência passiva de anticorpos e possíveis casos de infecção vertical. Possui a limitação de a suspeita de doença na gestação se basear no relato das mães.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.102068>